

RESENHA

DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Teoria dos Fatos Jurídicos Processuais**. 2. ed. rev, ampl. E atual. Salvador: JusPodivm, 2013.

Danilo Nascimento Cruz¹

A presente resenha trata da obra *Teoria dos Fatos Jurídicos Processuais* de autoria dos professores Fredie Didier Jr. e Pedro Henrique Pedrosa Nogueira, obra relevante para o direito processual civil brasileiro e leitura obrigatória para os que se debruçam sobre esta disciplina, iniciantes ou iniciados.

Muitos falam, mas poucos compreendem o fenômeno da constitucionalização do direito² e de sobremaneira a constitucionalização do direito processual civil, e quando bradam, o fazem como se tivessem descoberto na caixa de pandora o segredo para desatar os nós górdios do processo civil brasileiro.

Entender esse fenômeno pressupõe que não se permita confundir a presença de normas infraconstitucionais na Constituição e sim apreender que a Constituição passa a ser um filtro no qual deve passar todo o sistema jurídico, consagrando os valores nela insculpidos³. Não obstante sua função legitimadora, fundante e de filtro axiológico, não será na seara constitucional que se dará a pormenorização procedimental, será no âmbito da Teoria Geral do Direito e da Teoria Geral do Processo que ocorrerá a sistematização processual⁴.

Assim, partindo do estudo da doutrina de Pontes de Miranda sobre o fato jurídico, os autores realizaram um trabalho impecável de sistematização do direito processual civil brasileiro positivo dentro da doutrina do Fato Jurídico.

¹ Professor de Direito Constitucional junto ao Departamento de Pós-Graduação do CESVALE/PI. Professor da UESPI/PI – Campus Parnaíba(2012 – 2013) Campus Bom Jesus(2006 -2008). Pós-Graduado em Direito do Estado pela Universidade Católica de Brasília/DF com aperfeiçoamento em Direito Eleitoral pela PUC/Minas. Pós-Graduado em Direito Processual Civil pela UNINTER/PR. Membro da Academia Brasileira de Direito Processual Civil –ABDPC. Servidor do TRE/PI.

² CRUZ, Danilo Nascimento. **Premissas históricas e teóricas sobre a constitucionalização do direito**. Disponível em: <http://www.abdpc.org.br>

³ CRUZ, Danilo Nascimento. **Processo civil contemporâneo: aspectos conceituais, constitucionalização e tutela jurisdicional efetiva**. Disponível em: <http://www.abdpc.org.br>

⁴ DIDIER JR., Fredie. **Curso de direito processual civil**. 11. ed. Salvador: JusPodivm, 2009, p. 21, v.1.

Marcos Bernardes de Mello, grande jurista alagoano e conhecedor maior da obra de Pontes de Miranda, teceu as seguintes considerações no prefácio da obra:

“A temática do fato jurídico não é simples, máxime quando se procura tratá-la segundo a doutrina de PONTES DE MIRANDA. Todavia, tanto FREDIE DIDIER JR quanto PEDRO HENRIQUE PEDROSA NOGUEIRA não são neófitos na matéria, mas experientes navegadores e profundos conhecedores de seus meandros. Em obras que produziram já a submeteram a estudos. Por isso, não enfrentaram as questões que o tema lhes pôs apenas como desbravadores que vão descobrindo cada passo, um a um, os seus segredos, que vão sendo surpreendidos a cada momento com novas descobertas, como se caminhasse rumo a desconhecido. Não. A destreza desses dois belos juristas fez com que delas tratassem com garbo e pleno domínio. E não se satisfizeram em apenas quedar-se na periferia dos problemas, não se detiveram em simples firulas ornamentais, mas ao contrário, os enfrentaram à medida que lhes foram sendo postos e obtiveram o resultado que planejaram: uma obra objetiva e de inigualável valor teórico e prático.”

Dividida em 3 partes, a obra, adota os planos do fato jurídico, por assim dizer, o da existência, da validade e da eficácia e os adequa aos conceitos peculiares do processo civil brasileiro. *No plano da existência*, classifica os atos procedimentais em: fatos jurídicos processuais *stricto sensu*; atos-fatos jurídicos processuais; atos jurídicos processuais *stricto sensu*; negócios jurídicos processuais e ilícitos processuais; *No plano da validade*, trata das invalidades processuais e *No plano da eficácia*, trata das situações jurídicas processuais e da relação jurídica processual.

Leitura fortemente recomendada.